

Lorenzo Vitral

**GRAMÁTICA INTELIGENTE
DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

ILUSTRADA E COM EXERCÍCIOS



editoracontexto

SUMÁRIO

AOS LEITORES.....	11
1. O PORTUGUÊS E SUAS VARIAÇÕES	19
As línguas portuguesas e a variação da língua.....	19
O português padrão do Brasil.....	24
A atenção e os fatores que provocam variação na língua	26
A atenção	27
A fala	29
A escrita.....	34
Os lugares	40
As épocas	44
A pessoa que usa a língua	46
A língua varia. O que fazer?.....	50
• Exercícios.....	51
2. O TEXTO E A ARGUMENTAÇÃO.....	59
A comunicação: o texto e a oração.....	59
Tema, atos de fala e intencionalidade.....	61
Oração narrativa, oração descritiva e argumentação.....	64
Tipos de argumentos	71
A estrutura do texto argumentativo.....	81
Gêneros textuais.....	84
• Exercícios.....	90

3. AS CLASSES E O SIGNIFICADO DAS PALAVRAS E DAS ORAÇÕES.....	101
As orações e os eventos.....	101
As palavras e seus significados.....	101
Morfemas.....	107
Classes de palavras.....	109
Os processos de mudança linguística.....	111
Classes lexicais.....	113
Nome.....	114
Nomes concretos e abstratos.....	114
Nomes próprios e comuns.....	115
Nomes coletivos.....	115
Verbo.....	116
Verbos e orações: tipos de eventos.....	116
Verbos e eventos.....	125
Verbos: usos concreto e abstrato.....	126
Verbos em expressões fixas.....	127
Verbos auxiliares.....	128
Adjetivo.....	136
Advérbio.....	138
Numeral.....	139
Classes funcionais.....	141
Flexão.....	141
Pessoa.....	142
Número.....	144
Gênero.....	145
Tempo.....	146
Modo.....	150
Determinante.....	152
Pronome.....	156
Preposição.....	165
Conjunção.....	170
• Exercícios.....	176
4. A CONCORDÂNCIA ENTRE AS PALAVRAS.....	193
O que é concordância?.....	193
Concordância nominal.....	195
Como flexionar os nomes e os adjetivos.....	196
Como flexionar os nomes.....	197
Como flexionar os adjetivos.....	204

A concordância nominal na escrita e na fala	206
A concordância nominal na escrita	207
A concordância nominal na fala.....	207
A concordância: uso adjetival e uso adverbial de adjetivos.....	209
Os graus do adjetivo e do nome	209
Graus do adjetivo.....	210
Graus do nome.....	211
Os graus do advérbio.....	211
Concordância verbal.....	212
A conjugação verbal na escrita.....	213
Verbos regulares: a conjugação dos TEMPOS básicos	214
Verbos regulares: a conjugação dos TEMPOS derivados.....	217
Verbos irregulares: a conjugação dos TEMPOS básicos e derivados.....	221
Formas verbais abundantes.....	226
Verbos defectivos.....	227
O infinitivo flexionado.....	228
A concordância verbal na fala.....	230
Fatores gramaticais que favorecem ou desfavorecem a concordância verbal.....	232
• Exercícios.....	234
5. AS FUNÇÕES E OS PAPÉIS TEMÁTICOS DOS SINTAGMAS	241
A gramática mental.....	241
Sintagmas e definição de oração.....	243
Tipos de oração	249
As funções dos sintagmas.....	253
Os papéis temáticos.....	262
Os papéis temáticos atribuídos ao sujeito e ao objeto.....	264
Os papéis temáticos atribuídos pelos modificadores.....	276
A função de delimitador e os papéis temáticos.....	285
Eventos sem papel temático para o sujeito.....	286
Diferenças entre a função de modificador e as funções de objeto e de sujeito.....	287
Tipos de sujeito.....	289
Sujeito não pronunciado.....	290
Sujeito não pronunciado e não interpretado.....	292
Sujeito indeterminado	297
Sujeito generalizado.....	298

Tipos de objeto.....	300
Objeto não pronunciado determinado.....	300
Objeto não pronunciado indeterminado e generalizado.....	301
Os papéis temáticos e os pronomes.....	302
• Exercícios.....	303
6. OS LUGARES DOS SINTAGMAS NA ORAÇÃO	313
Tipos de verbos de acordo com a presença ou a ausência do objeto.....	313
Transformações dos tipos de verbo.....	317
Lista de verbos e seus usos	321
Encaixando orações: orações compostas por subordinação e por coordenação	327
A subordinação: orações encaixadas por meio de funções gramaticais.....	327
A coordenação: orações encaixadas por meio de noções lógico-semânticas.....	338
Transformações: orações coordenadas ↔ orações subordinadas.....	342
Encaixando orações: as fatias de informação da fala e a pontuação da escrita.....	343
O lugar e o movimento dos sintagmas	349
O lugar e o movimento do sujeito e do objeto	349
Os lugares do modificador.....	356
Os lugares do adjetivo dentro do sintagma nominal	358
Os lugares dos pronomes fracos.....	360
Conclusão: os padrões oracionais mais comuns	362
• Exercícios.....	365
PALAVRAS FINAIS.....	375
RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS.....	377
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	409
O AUTOR.....	413

AOS LEITORES

Quando nos deparamos com a palavra **gramática**, logo pensamos em livros cheios de regras sobre como usar a língua portuguesa corretamente. Esses livros são encarados, pela grande maioria de nós, como chatos porque, apesar de estudar por eles durante anos, temos a impressão de que, quando acaba o semestre, já não lembramos mais da maior parte da matéria. Além disso, muitas vezes, é difícil entender para que memorizar tantas normas e regras, uma vez que sabemos escrever o suficiente para redigir os textos de que precisamos, escrever e-mails, bilhetes e coisas assim.

Temos que admitir que essa opinião a respeito da gramática e das aulas de Português tem muito de verdade. Mas vamos tentar entender por que as coisas são assim e, a partir daí, nos perguntar se é possível fazer alguma coisa para melhorar essa situação.

GRAMÁTICA, FALA E ESCRITA

As palavras da nossa língua podem ter mais de um significado, isto é, podem querer dizer mais de uma coisa. Vamos considerar, por exemplo, a palavra *manga*, que pode significar a fruta ou parte de uma camisa. A palavra *gramática* também é assim.

Gramática pode, então, significar o livro cheio de regras sobre o português, mas pode também ter outros significados. Vamos usar a expressão **Gramática Mental** para um desses significados.

Para explicar o que é Gramática Mental, vamos prestar atenção no que acontece com uma criança que aprende uma língua materna, que, no nosso caso, é o português tal qual ele é falado nas várias regiões do Brasil. Até no máximo 4 anos de idade, qualquer criança, seja ela pobre ou rica, tenha a mãe que trabalhe fora ou fique em casa e, importante, não tenha nenhum problema cerebral, aprende a falar – e isso com tanta desenvoltura que, muitas vezes, surpreende os adultos que estão à sua volta. Mesmo que ela não fale da maneira como os livros de gramática recomendam, podemos dizer que ela sabe, sem se dar conta disso, como formar uma oração do português. Ora, tanto isso é verdade que ela consegue dizer coisas como:

(1) Eu quero passear agora.

ou ainda,

(2) Me dá os brinquedo(s) *ou* Me dá o brinquedo.

No exemplo (1), a criança soube colocar o que chamaremos de **sujeito**, isto é, *Eu*, antes do verbo *quero*, e, além disso, o sujeito e os **verbos** concordam um com o outro. Ela usou ainda um verbo no **infinitivo**, isto é, *passear*. Nos exemplos em (2), ela conseguiu, entre outras coisas, empregar o **pronome** *me* antes do verbo *dá* e também utilizar o **plural**, *os brinquedo(s)*, e o **singular**, *o brinquedo*.

Assim, embora não saiba o que quer dizer *sujeito*, *verbo*, etc., uma criança usa adequadamente a língua que aprendeu na convivência com sua família. É essa habilidade de usar a língua na FALA que chamamos de Gramática Mental.

Quando chega à escola, a criança domina então a língua falada, que tem uma gramática que se localiza, de alguma forma, na sua mente. Porém, nas aulas de Português, ela vai aprender, primeiro, como representar, por meio de letras, os sons de sua fala e, depois, como escrever textos usando palavras e orações. Num primeiro momento, os alunos vão escrever seus textos, maiores ou menores, de acordo com a Gramática Mental de que já dispõem, ou seja, é também a Gramática Mental que vai servir de referência também para o uso da língua na ESCRITA.

Os problemas começam aí: o aluno percebe que o (a) professor(a) quer que ele aprenda a falar e a escrever de um determinado jeito que é considerado mais *certo* e mais *bonito*. E, para isso, ele precisa aprender uma grande quantidade de normas que estão no livro de português, que é também, como dissemos, uma gramática. Essas normas dizem para nós como devemos falar e escrever de acordo com o que a escola e o(a) professor(a) acham correto. Mesmo sem perceber, os alunos vivem um conflito com essa situação: ora, eles sabem falar e se comunicar com as pessoas, mas vão ter dificuldades, alguns mais outros menos, de se comunicar quando estiverem escrevendo.

Notamos, então, que há dois modos de usar a língua: na *fala* ou na *escrita* e que, para utilizá-los, fazemos uso de uma Gramática Mental; e que a escola exige que utilizemos a língua, na *fala* e na *escrita*, de acordo com um conjunto de normas que estão contidas num livro, que é também chamado de gramática.

Vamos comentar alguns exemplos para deixar essas ideias mais claras. Considerem a seguinte oração, que é típica da *fala*:

(3) Carlinhos viu **ele** na festa.

A pessoa que falou a oração (3), mesmo que nunca tenha ido à escola, seguiu, sem perceber, algumas regras da Gramática Mental: ela pronunciou primeiro o sujeito *Carlinhos*; depois o verbo *viu*; em seguida, o objeto *ele*; e, por fim, a expressão *na festa*, que indica lugar. Mas, nas aulas de português, o(a) professor(a) vai ensinar que, ao escrever um texto, o aluno deve utilizar, em vez de (3), a oração seguinte:

(4) Carlinhos o viu na festa.

No exemplo (4), seguimos quase todas as regras que utilizamos para falar (3). Porém, embora (3) e (4) expressem a mesma coisa, existe uma diferença: no caso de (3) o objeto é *ele*, que aparece depois do verbo; enquanto no caso de (4), o objeto é *o*, que aparece antes do verbo. Essa maneira de utilizar o objeto em (4) é considerada, por razões que estudaremos adiante, a mais correta e é mais exigida na *escrita*. É claro que podemos utilizar (4) também na *fala*, mas, nessa hora, estaremos reproduzindo na *fala* um recurso que é típico ou mais esperado na *escrita*.

O jeito considerado mais certo de usar a língua é chamado de **português padrão** (e também de **norma culta**) e é ele que o livro de gramática quer ensinar. A escola quer que o aluno escreva sempre de acordo com as normas do português padrão e, se possível, que fale também obedecendo a essas normas. É bem mais fácil controlar, no entanto, a maneira como escrevemos do que a maneira como falamos. Quando estamos com os amigos, namorando ou convivendo com a nossa família, não há como a escola nos corrigir. Isso explica, em parte, porque a escola vigia mais o uso do português padrão quando estamos escrevendo.

A escola tem ou não razão em agir assim? Parece que sim. Vejamos por quê.

O PORTUGUÊS PADRÃO E A FALA

O Brasil tem uma língua oficial, que é o português, e essa língua precisa ser usada da maneira mais homogênea possível nos vários estados e regiões. Imaginem se, em cada estado brasileiro, os falantes escrevessem da maneira como falam. Aos poucos, os *falares* regionais poderiam se tornar línguas diferentes do português padrão. Isso não é desejável politicamente, pois os brasileiros perderiam a noção de que são, ainda que com muitas diferenças, um povo só, com interesses em comum e com um futuro comum a ser construído. Para resumir, poderíamos perder a nossa unidade nacional. O português padrão ajuda, portanto, a nos mantermos unidos enquanto país. De que maneira?

Ora, é o português padrão que é utilizado, por exemplo, (1) na redação da Constituição Federal e das leis que regem nossa vida; (2) nos artigos de jornais, virtuais ou não, por meio dos quais temos acesso a informações; (3) nos contratos comerciais entre as pessoas, empresas ou estados brasileiros, etc. A escola tem um papel, portanto, na manutenção da nossa unidade enquanto país, já que cabe a ela ensinar o português padrão. Mas, além disso, como estudaremos mais adiante, dominar esse uso da língua tem importância para cada um de nós como pessoa e como cidadão.

A defesa do português padrão que fizemos não quer dizer que podemos desprezar a língua tal qual é falada pelos vários grupos sociais e regiões brasileiras. Pelo contrário! Como também veremos neste livro, é importante valorizar as inovações, criadas principalmente pelos jovens, e também as palavras e as pronúncias usadas nas várias regiões brasileiras. Mostraremos adiante que as inovações da fala têm um papel importante na mudança e na evolução da língua. Sim, *a língua muda!* Também veremos como isso acontece.

Apesar de sua importância social e política, o português padrão e suas normas podem também ser entendidos como uma tentativa de “frear” a mudança da língua. Podemos dizer, assim, que o uso da língua gera uma “briga” entre a tentativa de conservar a língua “parada” ou

imutável, que é exercida, sobretudo, pela escrita na qual é mais exigida a obediência às normas do português padrão, e a tentativa de mudar ou “avançar” a língua, que fica a cargo da fala e da convivência entre os falantes.

A escola deve encontrar um equilíbrio nesse confronto. Ela deve ensinar e cobrar o uso do português padrão, mas, ao mesmo tempo, deve compreender e valorizar o papel e a liberdade da língua falada. Cabe à escola, portanto, tomando como base a sua fala, levar o aluno a se exprimir também por meio do português padrão.

Não se trata, assim, de excluir da escola o jeito que falamos, mas de incluir a escrita e as normas do português padrão.

Como você já percebeu, os usos diferentes do que recomenda o português padrão são considerados errados pela sociedade e pela escola. Discutir esse assunto, em nosso país, ou em qualquer outro, é sempre muito difícil: as pessoas reagem com muita emoção e pensam que, ao trazer ideias como as que estou comentando aqui, estamos defendendo que os alunos estão autorizados a falar ou escrever “errado”.

Mas não é nada disso! Há, na verdade, muita confusão e desinformação nesse debate. Ninguém defende que os alunos possam falar “errado”. O objetivo da escola continua sendo, como dissemos, levar os alunos a dominar os recursos do português padrão. São a postura e os métodos para alcançar esse objetivo que evoluíram.

Há pelo menos duas razões para aceitar, de início, o que é considerado errado: a primeira razão é que a fala, trazida para a escola pelo aluno, é a sua fala natural, materna e regional, e servirá de base para ele aprender os recursos do português padrão; a segunda razão é que o acesso ao português padrão será facilitado se o aluno for levado a comparar um recurso considerado “errado” com um recurso considerado “certo”. Vejamos como isso pode ser feito.

Podemos pedir ao aluno que compare o modo como ele normalmente fala com o modo como se espera que ele escreva de acordo com o português padrão. Preste atenção nos seguintes exemplos:

TEXTO FALADO



- (5) Sabe... o cara que eu conversei com ele falou pra mim pra não viajar pra Porto Seguro porque a estrada tá muito ruim, né?

TEXTO ESCRITO



- (6) Devido ao fato de a rodovia não estar em boas condições, foi-me aconselhado, pela pessoa com quem eu conversei, não fazer a viagem a Porto Seguro.

Apesar de (5) e (6) dizerem a mesma coisa, fazem isso de maneiras diferentes, isto é, os recursos da língua utilizados em (5) são diferentes dos recursos empregados em (6). O que a escola deve fazer então é que os alunos, além de se expressarem como em (5), aprendam também a usar a nossa língua do jeito que aparece em (6). *E uma maneira de fazer isso é pensar que recursos do texto falado correspondem aos recursos do texto escrito.* Por exemplo, no texto falado aparece “falou pra mim” que corresponde a “foi-me aconselhado” no texto escrito.